

estabelecimento do parque industrial provocado pela utilização de incentivos fiscais e o povo passe a gozar com abundância e menores despesas do instrumento de bem-estar social.

O SR. PRESIDENTE

Tasca-se ao Grande Expediente. Tem a palavra a Sra. Lígia Doutel de Andrade.

ASHA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE:

(Le) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início estas observações sobre o momento político nacional, desejo sublinhar que pertencem à corrente, constituída pela maioria do povo, que discordou do processo de escolha do atual Presidente da República. Entendo que o exercício do poder só é legítimo quando respaldado pelo consentimento popular, livre e diretamente manifestado nas urnas. Por isso mesmo, não partilhei da euforia daqueles que saudaram com entusiasmo a ascensão do Marechal Costa e Silva à suprema magistratura do país.

Comungando embora da sensação de alívio que a Nação experimentou com o término do governo do Marechal Castello Branco — governo marcado pela subserviência no plano externo e pela violência no plano interno — pareceu-me prudente observar uma atitude de expectativa, à espera inclusive de que a situação nascente consolidasse, ou não, as esperanças que suscitara. Duvidava, porém, que a posse do Marechal Costa e Silva assinalasse como se apragouva, a instalação de um breve e efetivo processo de retorno do país à democracia e ao desenvolvimento.

Sómente com muita energia e desassombro, o novo Presidente da República poderia — a meu ver — enfrentar com êxito o *status* autoritário e militarista, tão ao gosto de determinados interesses estrangeiros, implantado entre nós após o golpe de 1964. O Marechal seria convocado a decidir algumas graves opções — entre a ditadura e a democracia, entre o desenvolvimento e a estagnação, por exemplo — sob pena de deixar-se aprisionar cedo ou tarde, pela máquina montada pelo seu antecessor.

Ao repelir a idéia da imediata revisão da legislação de ódio e de vingança encontrada, deixou o Marechal Costa e Silva escapar uma excelente oportunidade de mobilizar em seu favor a opinião pública brasileira e de mostrar que eram reais as promessas de "humanização" do seu governo. Tornava claro, ao revés, que estamos muito longe ainda do pleno funcionamento do regime democrático. Mais ainda: aceitava o estado de diáspora instituído com a deposição do Senhor João Goulart, conservando abertas e sangrando as feridas provocadas pela chamada "revolução".

O país sob uma Constituição praticamente outorgada, em vigor a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e outros diplomas que não honram a cultura jurídica nacional era de cair no vazio, como ocorreu, o apelo de alguns no sentido de que se concedesse um "crédito de confiança" ao governo que se inaugurava. Registre-se que o novo Presidente da República parece pessoalmente inclinado a moderação, no que respeita ao uso das Leis de arrocho. Mas isto só não basta. Não pode haver democracia num país onde o respeito aos direitos individuais depende da boa ou má vontade de um homem.

Resultado é que, apesar das intenções atribuídas ao Marechal Costa e Silva a Nação vive ainda sob o clima da insegurança. Mais de três anos decorridos do golpe — e sob o caviloso argumento de que a "revolução continua" — ainda se arrastam em tribunais de exceção, torpes e mesquinhos, os IPMS e outros processos de vinda.

Ainda se prende sem culpa formada; ainda se nega o direito sagrado de defesa; ainda se pretende estejam em vigor os Ato Institucional. De outro lado, continuam se esvaando as riquezas nacionais e os melhores frutos do trabalho do povo, carregados para os cofres do imperialismo, aqui instalado mais solidamente após os acontecimentos de 1964.

Temos, assim, Sr. Presidente, que o Marechal Costa e Silva governa com a mesma estrutura jurídica, política e econômica deixada pela situação anterior. Mas, contraditoriamente, pretende restaurar a democracia e retornar o desenvolvimento, esquecido de que ao lado do arbítrio jamais coexistiu o progresso.

Mergulhado o Governo no labirinto dessa contradição fundamental, não é de admirar o recrudescimento da ação do grupo que tudo fez para evitar a sua substituição no poder — e que se intitulava portador da única mensagem válida para o País. Jogando no fracasso do novo governo, empennam-se os seus integrantes em caricatas reuniões, roídos de saudosismo e de ressentimentos. Poder-se-ia dizer, com bom humor, que o governo do Marechal Castello Branco teria apenas entrado em gozo de licença-prêmio, prestes a voltar a qualquer momento...

Há que ressaltar, também, os inquietantes pronunciamentos de categorizados chefes militares, como o Ministro do Exército, General Lira Tavares, e os seus colegas Bizarria Mamede, Silveira Sarmento e Henrique de Assunção Cardoso, focalizando inclusive assuntos de governo alheios às suas específicas atribuições profissionais.

O alinhamento de todos esses fatos — sem esquecer o esparçamento de estudantes ocorrido às portas da residência presidencial em Brasília — está a revelar que o atual governo ainda que o "humanismo", a "retomada do desenvolvimento" e outras expressões do gênero, quando desacompanhadas de atos efetivos, perdem a significação e morrem no vazio dos passos sem eco.

No setor econômico, deixa-se o governo enredar num cipal de formulações incoerentes, anunciando medidas cirúrgicas com vistas ao desenvolvimento, mas contentando-se, na realidade, com medicação à base de pílulas analgésicas. Pois o certo é que os interesses estrangeiros continuam sobrepostos aos interesses nacionais, na forma, entre outras, da pilhagem das nossas riquezas e da crescente desnacionalização do nosso parque industrial.

Al estão, por exemplo, os aviões norte-americanos a proceder ao levantamento da potencialidade do nosso subsolo. Al estão os nossos minérios a engordar os cofres do truste da "Hanna". Al está, inócua, a Lei de Remessa de Lucros. Al está, em plena vigência, o humilhante Acordo de Garantia de Investimentos. Al está, mutilada, a Lei de "Eletrobrás". Al está, ameaçada em suas linhas de segurança, a Lei 2.004 da "Petrobrás".

Legatário de uma situação cótica, que traduz o fracasso da denominada "revolução", procura o atual governo definir inclusive responsabilidades, anunciando a publicação de um levantamento da administração anterior, já cognominado um "elenco de vergonhas". Esse balanço enfatizaria — segundo se informa — entre os erros maiores do governo do Marechal Castello Branco, o diagnóstico falso no que concerne aos nossos padecimentos econômicos.

Não é preciso muito esforço, Senhor Presidente, nem são necessários grandes conhecimentos especializados para se chegar à conclusão de que realmente fracassou a quartelada de abril de 1964. O desastre está claramente exposto numa publicação insuspeita, que é o Estudo Econômico de 1966, da CEPAL, ou seja, da Comissão Econômica da ONU para a América La-

tina. Esse estudo acusa uma vertiginosa redução do produto bruto interno e da renda real para a América Latina, inclusive o Brasil e com exceção do Chile, Nação sob o regime verdadeiramente democrático, que reinformou em 1966 os progressos econômicos alcançados no ano anterior. Vale ainda destacar que coube ao Chile — país que adota uma linha de política externa de afirmação nacional — a maior soma de ajuda, em 1966, percentualmente, do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

É irrefutável que somente prejuízos, humilhações e vergonhas internacionais, acarretou ao Brasil a filosofia do governo passado, segundo a qual é mais importante a segurança do que o desenvolvimento nacional. Esta afirmação já constitui hoje um trufo, negado apenas pelos que se banquetearam, na administração anterior, à custa da desgraça do povo e do aviltamento da Nação.

Ainda agora, reunidos em Aparecida do Norte, os Bispos do Brasil chegam também à conclusão de que, à luz da Encíclica *Populorum Progressio*, o melhor caminho para o País é buscar a qualquer preço a sua definitiva emancipação econômica.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, a nenhum brasileiro é permitido desconhecer, por qualquer motivo, a terrível situação a que o País foi lançado. Diante dela se auto-esgoiam todos os argumentos principalmente os de natureza política, porque não oferecem saída válida para o impasse entre o sentimento de afirmação nacional com liberdade — sentimento que palpita na alma do povo — e uma política de governo de alienação no âmbito externo e de prepotência no âmbito interno.

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputada Lígia-Doutel de Andrade, eu não deveria cometer este pecado ao quebrar o encantamento com que a Casa a ouve. (Muito bem.) Alia V. Ex^a à sua graça de mulher a gravidade de declarações, de informações e de conceitos que já se tornaram comuns no exame que nosso MDB faz da situação atual do País. Tenha a certeza, nobre Deputada, de que reflete Vossa Excelência, neste instante, de maneira fiel, o pensamento da Oposição, quando se coloca contra aqueles que pretendem mistificar o atual Governo, transformando-o num governo de salvação quando na realidade este Governo é o que eu disse desta tribuna: o castelismo requentado. E tenha também V. Ex^a certeza de que suas palavras estão sendo ouvidas e acatadas com respeito e admiração, porque traduzem efetivamente a preocupação, não só da mulher brasileira, mas de todo o povo do nosso país. (Muito bem.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Continuando, Sr. Presidente: Não colhe a alegação de que o atual Governo é a "segunda etapa" do movimento de abril de 64, tão ao gosto dos civis e militares no exercício de cargos e comissões — e que, por isso mesmo, se recusam a admitir a recomposição do Brasil no estado de direito. A atual conjuntura propõe uma clara opção, em termos de desafio a todos, principalmente ao Marechal Costa e Silva. Não há mais lugar no Brasil de hoje para comportamentos táticos, como querem aqueles que defendem para o Governo uma atuação difusa, uma linha de zigzague, divorciada de qualquer objetivo de alcance nacional.

Infelizmente, as solenes definições do Governo, no terreno da liberdade e do desenvolvimento, não traduzem passos efetivos ao encontro dos alvos desejados. Dir-se-á que o Marechal Costa e Silva não logrou ainda quebrar as amarras que o prendem à situação anterior, à despeito das suas

melhores intenções nesse sentido. Parece-me que exatamente neste ponto — na falta de ousadia, de imaginação e de rapidez — residem as razões que respondem pelas críticas e possibilitam as tramas contra o governo. Pois a verdade é que, vacilando, perde êle o sentido de grandeza que lhe é naturalmente inerente, para transformar-se numa espécie de remendeiro dos escombros deixados pelo Marechal Castello Branco.

As forças da oposição já perceberam, acertadamente, quando o rumo a seguir: *vinculação da política externa com a política interna, com vistas ao desenvolvimento*. Por isso, querem uma posição de independência do País no plano externo, do mesmo modo como querem a restauração das instituições democráticas no plano interno.

O Sr. Geraldo Freire — Nobre colega, preferiria não interrompê-la. O nobre Deputado Mário Piva, porém, em seu aparte, acabou dizendo que V. Ex^a é como uma flor carregada de veneno. Flor, pela graça, pelo encanto que todos vemos. Veneno, pela austeridade de seus julgamentos. Não vou agora defender o Governo do Marechal Castello Branco. Este assunto já foi muito discutido. Não pretendo trazê-lo à baila. Rejubilo-me, entretanto, por V. Ex^a, ao início de seu discurso, ter aberto crédito de confiança às boas intenções do atual governante desta Casa. Esperamos, e tenha V. Ex^a a certeza disso, que o Governo conduzirá o País para o progresso que todos desejamos. Aproveito a oportunidade, embora discordando, profundamente, de suas idéias...

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — É um direito que lhe assiste, nobre colega.

O Sr. Geraldo Freire — ...para felicitar a Casa pela sua estréia. Trata-se, realmente, de uma aparição — vamos dizer assim — na tribuna, que a todos dá profunda alegria. (Palmas.) Vemos que V. Ex^a se dispôs a estudar conosco seriamente, os assuntos nacionais. E preferiria enxergar em V. Ex^a apenas a flor, sem os venenos a que se referiu o Deputado Mário Piva.

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Deputado agradeço imensamente seu aparte, que muito me honrou. Agradeço, igualmente, os elogios que V. Ex^a me dirigiu. Aproveito a oportunidade para estender meus agradecimentos a todos os meus pares desta Casa, que me receberam aqui com toda a consideração, com todo afeto e com todo respeito. Agradeço imensamente a cordialidade com que tenho sido tratada. Quero dizer ao nobre Líder do Governo que, embora no seu julgamento uma flor, usarei do veneno, quando for necessário, sem o menor constrangimento. (Palmas.)

O Sr. Mário Covas — Deputada Lígia-Doutel de Andrade, é para mim, e como certamente V. Ex^a já percebeu, para toda a Câmara um imenso prazer ouvi-la dessa tribuna e sabermos que podemos contar com a contribuição de sua inteligência e de seus conceitos para o desenvolvimento dos debates que se travam nesta Casa. Acho, Deputada, talvez cometendo uma irreverência, que ao contrário do que disse o líder do Governo, o veneno reside exatamente na graça de V. Ex^a e a flor está precisamente nos conceitos, da maior profundidade e seriedade, que V. Ex^a vem expendendo dessa tribuna. Tenha V. Ex^a a certeza de que é extremamente grato para todos nós verificarmos que as nossas colegas têm aqui feito com que a voz da mulher se associe a essa luta, que é de todo o povo brasileiro, como há de ser, nu minstante qualquer seguramente, a luta de toda as facções nesta Casa, em prol daquilo que todos consideramos inevitável: a liber-

dade e a emancipação econômica deste povo. É isso, Deputado, que está em jogo hoje e é isso que V. Ex.^a focaliza, com absoluta propriedade, nessa tribuna. Nunca nos negamos a dar créditos de confiança. Toda a nossa formulação como Partido se baseia na confiança e na fé, porque alicerçada exaltadamente na crença no povo brasileiro. Não fomos nós que contribuímos para negar essa crença, não fomos nós que surripiamos ao povo brasileiro o direito de eleições diretas, o direito de manifestar essa crença que nós depositamos exercendo a sua maturidade. Mas somos nós, seguramente, que defendemos a devolução desse direito, que defendemos a independência econômica aos brasileiros. Somos nós que asseguramos, através de uma afirmação de fé e crença, a certeza de que este País tem condições de conduzir os seus próprios destinos. Nunca nos negamos a dar créditos de confiança. Mas, muito mais do que em créditos de confiança aos Governos e às pessoas que os interpretam, temos fé e confiança nas teses que sustentamos (palmas) e naquilo que V. Ex.^a, com absoluta propriedade, exercitando o seu veneno e, muito mais do que isso exercitando a sua potencialidade criadora, vem expondo, com absoluto brilhantismo e com grande honra para todos nós, dessa tribuna. (Palmas.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Agradeço, nobre Líder, inmensamente, o aparte de V. Ex.^a, o qual muito me honrou.

O Sr. João Hercúlio — Nobre Deputada, é com profundo encantamento que ouvimos seu discurso de estirpe, nesta tarde. Quem porventura tivesse dúvida a respeito do sucesso de sua passagem por esta Casa, por certo teve dissipada essa dúvida com a resposta que V. Ex.^a deu ao simpático e nobre Líder do Governo, resposta que foi o resultado de seu amadurecimento político, de sua cultura e de sua inteligência.

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Obrigada a V. Ex.^a.

O Sr. João Hercúlio — Tenho, neste instante, oportunidade de viver um momento de emoção. Vejo na sua presença nessa tribuna, na tese que defende, na bravura com que o faz, na sinceridade das suas expressões, que V. Ex.^a continua nesta Casa o trabalho e a obra aqui desenvolvidos pelo nosso grande, pelo nosso querido colega Deputado DouTel de Andrade. (Palmas prolongadas, com o plenário de pé) Nobre Deputada, eu me felicito pela oportunidade que deu a esta Câmara de, neste momento, prestar uma homenagem ao nosso querido líder, Deputado DouTel de Andrade. Verifico que fazia uma protecção quando disse daquela tribuna, no auge da Revolução que estavam enganados os que pensavam em acabar com a Oposição fazendo rolar as cabeças daqueles que lutavam contra o arbitrio, contra a ditadura e contra a violência, porque para cada uma que caísse, haveriam de levantar-se dezenas e dezenas de novos parlamentares para continuar sua luta pela nossa reentrada no regime democrático. A presença de V. Ex.^a e dos novos e nobres colegas que estão ilustrando e engrandecendo este plenário constitui, sem dúvida alguma, a confirmação daquilo que nós, não faz muito tempo, dizíamos daquela tribuna. Felicitamos V. Ex.^a e fazemos votos para que compareça muitas vezes a essa tribuna. Sempre quisemos que esta Casa tivesse uma grande representação feminina, para que contássemos aqui com a voz da mulher — síntese dos sofrimentos com uma capacidade extraordinária para perceber os dramas e as lutas cotidianas da nossa Nação e do seu povo — e pudéssemos ouvir discursos como o que agora pronuncia V. Ex.^a e como temos ouvido das nossas nobres colegas. Meu abraço e mi-

nhas felicitações, não tanto a V. Ex.^a, não tanto ao meu querido Líder DouTel de Andrade, mas, sobretudo, a este plenário e ao povo brasileiro que mandou para esta Casa representante do quilate de V. Ex.^a. (Muito bem. Palmas.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Quero responder ao aparte de V. Ex.^a, agradecendo, com profunda emoção, a homenagem que prestaram ao ex-Deputado DouTel de Andrade. Quero dizer que me associo a essa homenagem, porque além da admiração que lhe devo como sua mulher, admiro-o também na minha qualidade de cidadã brasileira, que vê em DouTel de Andrade um dos grandes líderes deste País (palmas) que soube honrar esta Casa, conduzindo a Oposição com coragem, com altivez e com desassombro, num instante dos mais terríveis e mais difíceis para esta Nação. Agradeço mais uma vez a V. Ex.^a a homenagem prestada estando este meu agradecimento a todos os meus ilustres pares.

O Sr. Andrade Lima Filho — Permite, minha cara colega, que este peão nordestino, como diria um falecido contrerrão meu, misture as fibras de carvão do seu pensamento agreste ao damasco do seu discurso, para dizer-lhe, Deputado Lígia-Doutel de Andrade, que V. Ex.^a quando assoma à tribuna para defender a grande tese deste momento nacional, que é a da libertação da nossa Pátria, faz-me lembrar aquelas heroínas da minha terra, de Goiânia, em Pernambuco as mulheres Juucucupapo, que, um dia, no alvorecer da nacionalidade, ergueram-se também em armas, para tomar o lugar daqueles jovens de Mateus Fernandes, que iam cair nas matas defendendo a terra contra a invasão dos Lumerosos batavos. Elas tinham também uma chama a iluminar aquela ação, a chama da defesa da Pátria. E essa chama, Deputada Lígia-Doutel de Andrade, que brilha no discurso de V. Ex.^a ilumina o plenário neste instante histórico que vivemos. (Muito bem. Palmas.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Obrigada, nobre Deputado Andrade Lima Filho.

O Sr. Dom Viera — Não me posso furtar à contingência de roubar um rápido minuto do seu depoimento para em nome do MDB de Santa Catarina, manifestar nosso regozijo, nossa saudação pela sua presença na tribuna. Referiu-se o colega da representação pernambucana às heroínas de sua terra. Eu lembraria que, em matéria de bravura feminina, Santa Catarina ainda lidera o Brasil e dá exemplo para o mundo através da figura de Anita Garibaldi, hoje consagrada mundialmente pelo seu heroísmo, pela sua disposição, pela sua coragem e pelo seu arrojo. Nós que acompanhamos, na jornada difícil de 15 de novembro, o trabalho da ilustre colega naquele momento em que, sob o tacho discricionário do poder, se ameaçavam as esperanças dos mais simples, dos mais humildes; nós que vimos, chorando e gemendo — na campanha política em favor de seus pequenos diretos retalhados e diminuídos — os trabalhadores de nossa terra; nós que participamos dos trabalhos das exposições, das manifestações públicas, onde V. Ex.^a foi profundamente aplaudida com o carinho e o vigor da força dos catrinenses, nos regozijamos aqui em nome do MDB do nosso Estado pela sua presença na tribuna, presença que é uma satisfação invulgar e uma honra extraordinária para o povo de Santa Catarina. (Muito bem. Palmas.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Agradeço a Vossa Excelência o aparte.

Continuo, Sr. Presidente: Uma democracia para o desenvolvimento — eis, em síntese, a definição

que encerra todo um programa de vasta e fecunda atuação, suscetível de apontar soluções corretas para os múltiplos problemas brasileiros, desde a agressão aos direitos individuais às sufocantes condições de vida. Desenvolvimento e liberdade são componentes harmônicos de um todo, que se interligam e completam, uma não podendo subsistir sem a outra — e ambas constituindo a aspiração maior de uma Nação que deseja sair do carascal em que a mergulharam.

Não há, pois, Sr. Presidente, como querem alguns críticos apressados ou mal intencionados, balbúrdia ou perplexidade na oposição. As divergências internas que ela registra, de quando em vez, ao contrário de significar ausência de espírito de luta, são antes eloquentes testemunhos de que em seu seio não deixaram de arder as labaredas da rebeldia. Os aspectos eventualmente discutíveis dessas divergências, devem ser debatidos ao rígido e artificial bipartidarismo com que se pretende reduzir o papel da oposição a uma presença meramente conestadora da pseudo-democracia instituída no País pelo grupo que assaltou o poder em 1934.

O Sr. Mário Gurgel — Nobre Deputada, Edmar Morel, examinando aspectos da situação que reina neste País, ou, pelo menos, que reinou durante o período de Castello Branco, dizia haver criticado, um dia, as mulheres brasileiras, porque certas damas da sociedade, argumentando razões de religião, haviam organizado aquela "Marcha com Deus pela Pátria e pela Família". E acrescentava: "Hoje eu me penitencio de ter criticado a mulher brasileira porque eu conheci a mulher brasileira no cárcere. Nos cubículos da cadeia central, as mulheres dos patriotas, e as outras mulheres, que haviam tomado posição contrária à revolução, acompanhadas pelos guardas até os vasos sanitários, olhavam de cabeça erguida para os homens nos outros cubículos e lhes diziam — "Sejam homens". Nós atuais, neste plenário, sem criticar as posições tomadas por outras ilustres senhoras, podemos dizer hoje que conhecemos a mulher brasileira. Ela estava na tribuna da Câmara dos Deputados, desacompanhada, heroica, sobrenatural, tomando posição e ajudando a construir o Brasil do futuro que ela deseja viver com seu esposo e com seus filhos, formando o Brasil do futuro, lado a lado com seus irmãos, lado a lado com os que protestam, lado a lado com os que sonham e que não de tudo fazem em prol desta Nação a Nação que nós idealizamos. (Palmas.)

A SRA. LIGIA-DOUDEL DE ANDRADE — Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se é exato que a oposição já se definiu, não menos exato é que o Governo continua ambivalente diante da opção que lhe é posta de modo claro: democracia para o desenvolvimento ou estagnação em função do mito da segurança nacional. Até agora, força é convir que o Governo ainda não optou. É verdade que a sua forma de atuação difere, em muitos pontos, da forma de atuação do Governo anterior. Contudo, ambas permanecem identificadas em suas características e objetivos fundamentais.

O Marechal Castello Branco preferia a linha reta; o Marechal Costa e Silva parece preferir a linha do zig-zague. O primeiro lançou a Nação no abismo; o segundo se compraz em zanzar à beira do abismo.

Sem me arrotar em Cassandra, entendo que o Marechal Costa e Silva ou corta o nó gordão da contraditória básica do seu Governo ou terá dificuldade de cumprir até o fim e sem sobresaltos, o mandato que lhe foi conferido pela maioria do Congresso Nacional. Essa contraditória não configura ainda um dilema com duas alternativas igualmente perigosas, diante das quais o Marechal compromissadamente, hesitaria. Na verdade, oferecemos-lhe uma bela e rara opção his-

tórica, a ser decidida com a retomada do desenvolvimento e a reconposição das instituições, que sempre informaram o impeto de afirmação do Brasil e demarcaram a impercível vocação democrática do seu povo. (Muito bem. Sua situação é tão singular, que até Muito bem. Palmas. A criadora é vivamente cumprimentada.)

O SR. PRESIDENTE:

— A segunda parte do Grande Expediente, destina-se a homenagear o Dia das Mães e o 50º aniversário da aparição de Nossa Senhora de Fátima. Ten. a palavra a nobre Deputada Nery Novaes.

A SRA. NERY NOVAES:

(Lê) — "Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados, fiel à tradição e aos seus deveres sentimentais, reverente, homenageia a Mãe Brasileira.

Desde que ingressou nesta Casa, pelo voto livre do povo balano, meus pensamentos se voltam para a Mãe, retrato perfeito do nosso impercível amor e de nossa mais profunda gratidão.

Sendo ela a Terra fértil em que se fecunda a vida do Homem, que nasce, cresce e povoa este País, justo deveria ela merecer um privilegiado lugar nos quadros legais brasileiros.

Sua situação é tão singular, que até parece que o Congresso é ocupado por filhos de outros planetas.

Tudo quanto se diga em contrário serve apenas para aumentar os remorsos de quantos, no Executivo ou Legislativo, se manifestam indiferentes pela sorte das Mães, que lutam, sofrem sem desesperar, vencem ou são vencidas, sacrificam conforto, tranquilidade, saúde e por vezes até a própria honra, para que viva Aquela, fruto de suas entranhas, sangue de seu sangue, alma de sua Alma.

A Mãe, alvo de ilimitado carinho nosso, que tem um altar permanente no coração de cada um de nós, tem um dia a ela consagrado, e os Congressistas anualmente a festejam, tal qual o fazemos hoje, entre alegrias e emoções de uns e entre recordações e saudades de outros; a Mãe, diga-se, continua, como tenho dito e não me cansarei de repetir, a grande ausente da Constituição.

Todos glorificam suas virtudes; exaltam seu papel na organização da Família; profetam sua figura na sólida sustentação da sociedade; proclamam sua condição de Mestra por excelência e indispensável à educação e preparação moral de nossa infância e juventude; reclamam sua presença em todos os atos que influem nos destinos da Nação, seja por si, seja através dos Filhos; convocam Sua intercessão junto ao Todo-Poderoso, nas horas de crises nacionais, certos da vinda de suas orações e da força dos terços; redimem que muito ou tudo lhe devemos, entretanto, quando checa a vez de confirmarmos estas verdades como legisladores, ou nos lembramos a nós próprios, ou nos omitimos, ou nos perdemos à vontade orgulhosos dos Volúntades de Poder.

Por isso, não é demais que, nas comemorações de Seu Dia, digamos aqui destas coisas, menos como censura ou recriminação a quem quer que seja, porém como alerta a nossa consciência e sobretudo aviso aos que se sentem com complexo de culpa, para que hoje, de joelhos, rezem uma prece em intenção da pobre mãe ausente.

Há muita razão no que descrevo tão pallidamente. Não me sai da mente o quadro e o fato que testemunhei certa noite quando na Comissão Especial, encarregada de dar parecer às emendas à Constituição em vigor, sustentei a proposição que apresentei, propondo a redução do tempo de serviço para aposentadoria das Mães funcionárias públicas ou empregadas de empresas privadas. As duas horas da madrugada, após minha defesa, a emenda foi submetida ao voto da Comissão, com parecer contrário do nobre Relator — glacial parecer, que fugia ao mérito de